



NETWORK OF THE PRESIDENTS
OF THE SUPREME JUDICIAL COURTS
OF THE EUROPEAN UNION

RÉSEAU DES PRÉSIDENTS
DES COURS SUPRÊMES JUDICIAIRES
DE L'UNION EUROPÉENNE

12 August 2026
Brussels

On measures affecting the independence of the ICC

The work of the International Criminal Court is of critical importance. It involves the investigation and, where appropriate, the bringing to justice of persons suspected of genocide, war crimes, crimes against humanity and the crime of aggression.

For the rule of law to exist, it is crucial that there is respect for both national and international legal orders and the judicial institutions established to uphold them. States should respect the independence of courts established under international treaties. The independence of the judiciary is not a privilege granted to judges, but a fundamental guarantee of the rule of law and the protection of human rights. Judges must be able to perform their functions free from external influence. In particular, measures designed to prevent the ability of a court to operate are incompatible with the principles of the rule of law and judicial independence.

On 13 July 2026, the US Secretary of State announced a campaign against the ICC, which included threats of additional sanctions. The actions stated to be under consideration included visa revocations and travel bans for ICC personnel, increased sanctions against the ICC and affiliated organisations, and diplomatic efforts to urge other Member States to withdraw from the ICC.

This development follows sanctions on individual judges, prosecutors and deputy prosecutors of the ICC by the Government of the USA in 2025. The sanctions have been condemned by the judicial community, not least by a joint statement of the ENCJ, the European Association of Judges and ACA-Europe in January 2026. Both measures undermine the operation of the International Criminal Court.

The European Network of Councils for the Judiciary, ACA-Europe, the International Association of Judges and the Network of Presidents of the Supreme Judicial Courts of the European Union reaffirm our support for the independence of the International Criminal Court, including its judges, prosecutors and staff.

We are united in our condemnation of this most recent initiative by the US Government against the International Criminal Court.

ENCJ President

Brian O'Moore

ACA-Europe President

Michail Pikramenos

IAJ President

Walter Barone

NPSJCEU President

Donal O'Donnell
Chief Justice



12 de agosto de 2026
Bruxelas

Sobre medidas que afetam a independência do TPI

O trabalho do Tribunal Penal Internacional é de importância crítica. Envolve a investigação e, quando apropriado, a condução à justiça de pessoas suspeitas de genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes de agressão.

Para que o Estado de direito exista, é crucial que haja respeito tanto pelas ordens jurídicas nacionais como internacionais e pelas instituições judiciais criadas para as defender. Os Estados devem respeitar a independência dos tribunais estabelecidos ao abrigo de tratados internacionais. A independência do poder judicial não é um privilégio concedido aos juízes, mas uma garantia fundamental do Estado de direito e da proteção dos direitos humanos. Os juízes devem ser capazes de desempenhar as suas funções livres de influências externas. Em particular, medidas destinadas a impedir a capacidade de um tribunal de funcionar são incompatíveis com os princípios do Estado de direito e da independência judicial.

No dia 13 de julho de 2026, o Secretário de Estado dos EUA anunciou uma campanha contra o TPI, que incluía ameaças de sanções adicionais. As ações declaradas em consideração incluíram revogações de vistos e proibições de viagem para o pessoal do TPI, aumento das sanções contra o TPI e organizações afiliadas, e esforços diplomáticos para instar outros Estados-Membros a retirarem-se do TPI.

Este desenvolvimento surge após sanções a juízes, procuradores e procuradores adjuntos individuais do TPI pelo Governo dos EUA em 2025. As sanções foram condenadas pela comunidade judicial, nomeadamente por uma declaração conjunta da REJ(ENCJ), da Associação Europeia de Juízes e da ACA-Europe em janeiro de 2026. Ambas as medidas minam o funcionamento do Tribunal Penal Internacional.

A Rede Europeia de Conselhos de Justiça, a ACA-Europe, a Associação Internacional de Juízes e a Rede de Presidentes dos Supremos Tribunais Judiciais da União Europeia reafirmam o seu apoio à independência do Tribunal Penal Internacional, incluindo os seus juízes, procuradores e funcionários.

Estamos unidos na condenação desta mais recente iniciativa do Governo dos EUA contra o Tribunal Penal Internacional.

ENCJ President

Brian O'Moore

ACA-Europe President

Michail Pikramenos

IAJ President

Walter Barone

NPSJCEU President

Donal O'Donnell
Chief Justice